

Administração política brasileira: uma agenda nacional para o desenvolvimento¹

Wilson Cano

PREÂMBULO

As passeatas de protesto de junho (2013), embora tenham explicitado grande parte dos anseios da população, parece não terem sido entendidas plenamente pela opinião pública. O susto produziu vários efeitos nos últimos dias de junho: i - o Congresso saiu de sua letárgica e costumeira forma de negociação e aprovou várias medidas reivindicadas pelo movimento ou pelo Executivo; ii - o Presidente do Supremo Tribunal Federal, entre outras, sugeriu a instituição da *recall* sobre

¹ Parte deste artigo é uma versão resumida, atualizada e modificada de Cano (2010). Venho tratando desse tema desde 1990. Este texto foi publicado na *Revista Crítica Marxista* (Cano, 2014). Nesta versão fiz pequenas alterações e atualizações, que confirmam a continuidade e aprofundamento da crise atual, tratada na versão anterior.

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 4 | N. 10 | AGOSTO | 2017 | ISSN: 2358-6311



mandatos políticos; iii - a Presidente se apressou em receber representantes do movimento e a informar o urgente encaminhamento de propostas para reformas, entre as quais a eleitoral e a da política; iv - Governadores e Prefeitos, igualmente pressionados sustaram aumentos tarifários de transporte coletivo e de pedágios rodoviários.

Contudo, temos que chamar a atenção para o fato de que as medidas de sustar aumentos tarifários ou de conceder subsídios ou estímulos fiscais de emergência podem atenuar reivindicações apresentadas, mas não resolve-las. São paliativos, uma vez que sua efetiva solução dependeria de radicais mudanças nas finanças públicas, atualmente metidas em camisa de força. Dificilmente será possível repeti-las nas próximas reivindicações que fatalmente surgirão em futuro próximo. Paliativos não resolvem problemas estruturais acumulados há décadas.

É preciso “pensar grande”: um programa do tipo Bolsa Família, abrangente e relevante que é, não pode resolver os problemas estruturais que lhe deram causa e sustentação política; a continuidade de expressivos aumentos reais do salário mínimo poderá entrar em colisão com grande parte dos empresários, com o próprio governo federal, pela questão previdenciária – cuja previsível nova reforma terá, agora, que esperar por “melhor” momento político; por vários governadores e prefeitos, face à situação de suas folhas de pagamento, vis-à-vis a



situação fiscal e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Será que estamos próximos da “hora da onça beber água”?

Por outro lado, a maior parte dos economistas, notadamente os ortodoxos, mas também boa parte dos “heterodoxos”, teimam em se debruçar apenas sobre as crises de curto prazo. Tivemos muitas desde 1980: 80-83; 87-88; 89-92; 95-96; 98-99; 01-03; 09; 11 e 14-16. Parecem não compreender que na verdade estamos encalacrados em uma crise estrutural que já nos assola há 36 anos!

Reconheçamos que uma crise estrutural é um processo cumulativo: sobre suas origens se amalgamam velhos e novos fatos políticos e econômicos transcorridos durante todo esse processo. A ela se juntam e superpõem distintas dinâmicas, de expansão e de crise. Alteram não só as estruturas de produção e emprego, mas também as políticas e sociais. Mas também alteram a capacidade de tolerância da população para com a própria crise e suas (das elites e do poder público) mazelas. Assim, numa sociedade como a nossa, pouco politizada e com suas principais instituições públicas bastante desgastadas, não há porque se estranhar a eleição de um Collor em 89, e sabe-se lá quem, em 2018! A barafunda pode ser maior do que se pensa.

Com a instauração do Neoliberalismo em 1990 (na verdade já em fins de 89 ainda com Sarney e escancarado em 1994 com FHC) a economia nacional passou a ter maior (inter) dependência com a internacional, o que nos trouxe ainda maiores complicações e maiores vínculos subordinados ao capital estrangeiro. Isto, assentado no crescente predomínio do capital financeiro – principalmente do fictício – arrastou também antigas lideranças empresariais que passaram a optar mais pelos ganhos financeiros do que pelos produtivos.

Não é necessário repetir aqui os nefandos resultados da abertura comercial e financeira, dos rendosos negócios das privatizações, do desmanche do Estado, e da armadilha que passou a dificultar sobretudo as políticas fiscais, monetária-creditícia e a cambial. Não apenas abandonamos os rumos de nosso possível desenvolvimento, mas também agravamos o processo de desindustrialização do país, fato que tenho denunciado há vários anos, mas que, para muitos economistas – mesmo para alguns “progressistas” – o fenômeno seria menos importante e, para comprovar suas (falsas) teses, citam Austrália, Nova Zelândia e Canadá (!) como países agrícolas desenvolvidos. Alguns chegam à desfaçatez de dizer que “a industrialização não é mais, como no passado, o motor do desenvolvimento.” A ignorância ou a ingenuidade ou ainda, a má fé, é muito grande no caso.

Mas é preciso também advertir que a confusão e o desconhecimento é maior do que se pensa. Vejamos o que se passou no período pós 2003. Nele, que contempla a recuperação e expansão do comércio internacional – “efeito China”², o PIB teve taxas médias de crescimento mais altas do que no período anterior, e seus principais determinantes foram: a) a grande expansão das exportações de *commodities*; b) o forte aumento do consumo familiar, lastrado pelo aumento do crédito ao setor privado e do consignado, principalmente pelos bancos públicos, quanto pelos efeitos diretos de algumas políticas sociais como a do Bolsa Família e do salário mínimo real; c) ao final do período, a uma expansão do investimento e crédito público de longo prazo (BNDES), que proporcionaram alento à taxa de investimento.

Ao mesmo tempo, a manutenção da absurda taxa real de juros, continuou agravando estruturalmente a penúria fiscal do Estado, em suas três instâncias territoriais, impossibilitando, com isso, uma retomada maior do investimento público e dos gastos sociais.

² Deve-se entender que o “efeito China” não se resume apenas ao efeito expansivo (direto e indireto) das exportações de *commodities*, derivado ao aumento do crescimento real da economia chinesa e do comércio mundial, porque esse efeito também se insere no movimento internacional de especulações financeiras sobre títulos e *commodities*, que culminou na crise internacional eclodida em 2007.

As condições do mercado internacional favoreceram a vinda de amplos fluxos financeiros, ampliando o investimento externo, notadamente em serviços (financeiros, principalmente) e na especulação no mercado de valores. O grande afluxo de divisas causou-nos e causa a grave valorização da taxa de câmbio, pondo ainda mais a descoberto nosso mercado interno de serviços e de produtos industriais. Esse efeito “tapa buraco” de nosso Balanço de Pagamentos resultou em forte acumulação de reservas, que atingem hoje cerca de US\$ 370 bilhões. Isso inclusive levou muitos economistas a afirmarem que nossa vulnerabilidade externa diminuiu fortemente, ainda mais que *parte importante dos investimentos externos resultou em aplicações em R\$ em títulos públicos e privados*. Não se dão conta, na verdade, de que, entre 2001 e 2016, nosso ativo triplicou (de US\$ 250 para US\$720) mas nosso passivo quadruplicou (de US\$370 bilhões para US\$1,5 trilhões) e que, portanto, aquelas bem aventuradas reservas não têm como contrapartida saldos em transações correntes positivos, e sim saldos financeiros decorrentes do aumento de nossas obrigações externas.

Os efeitos cumulativos da crise maior se refletem nas estruturas econômicas, sociais e políticas. Se projetam na radical mudança do orçamento e do peso, nele, dos juros e na altíssima regressividade da também elevada carga fiscal; na deterioração das políticas nacionais e regionais de desenvolvimento; na desindustrialização. Refletem-se, enfim, no atraso tecnológico da infraestrutura



econômica e da social. É também efeito desse perverso processo, o esgarçamento e degradação de nossas instituições e representações políticas, e até mesmo, de nossas relações sociais.

Lembremos mais uma vez que a abertura e crise alteraram profundamente a estrutura da produção e do investimento industriais. Isto, mais a crise fiscal e a deterioração das políticas de longo prazo, expulsou da Agenda do Estado a efetividade das políticas regionais de desenvolvimento e levaram os Estados e Municípios à Guerra Fiscal, distorcendo o processo de desconcentração produtiva (que passa a ser em grande parte “espúria”) regional. O “efeito China” estimulou fortemente as exportações mundiais de *commodities* e isto impeliu grande expansão de nossa fronteira agrícola e mineral, agravando sobretudo a questão ambiental e a própria urbanização do país.

Especificamente sobre esta, já havia advertido desde a década de 1980, sobre a obscura no planejamento urbano, a menor atenção dada aos investimentos sociais e de saneamento básico e os efeitos da própria política nacional de habitação herdada do regime militar, que proporcionaram notável aumento da especulação urbana e que agravariam, mais tarde, os atuais desastres urbanos.³

³ Esses textos foram incorporados em meu livro *Ensaio sobre a crise urbana do Brasil*; Editora Unicamp, Campinas, 2011

Isto resultaria numa urbanização “caótica e explosiva”, periferizando ao extremo o proletariado, ocupando espaços impróprios (morros, alagados, áreas de preservação etc.), o que conduziria nossa vida urbana a sérios desastres a que temos assistindo nos últimos tempos. O que vemos repetidamente, nos momentos de tais desastres, é um deplorável discurso de dirigentes políticos, muitas vezes atribuindo-os exclusivamente aos “desequilíbrios da natureza”, tentando isentar-se daquela responsabilidade. Entretanto, há um desastre permanente representado pelo mau e caro transporte coletivo, e pelas péssimas condições habitacionais, de saneamento básico, e de saúde e educação públicas, para os quais os gritos das recentes passeatas despertaram.

O DIAGNÓSTICO NECESSÁRIO DA AGENDA

Para que se possa formular e discutir uma proposição de mudança é necessário a construção de uma Agenda, que oriente a realização de um profundo diagnóstico de nossos principais problemas. Cabe aqui, tão somente listar os mais proeminentes, e esta é uma lista sumária que comportaria muitos outros itens e desdobramentos de alguns:

- principais transformações estruturais dos grandes setores produtivos (agricultura, indústria mineral, indústria de transformação, construção civil e



serviços), dos principais segmentos da infraestrutura, do emprego e do mercado de trabalho;

- principais efeitos nacionais e regionais da expansão das fronteiras agrícola e mineral;
- programas de execução de reforma agrária e seus principais efeitos;
- desconcentração regional da produção industrial e da infraestrutura e seus principais efeitos econômicos, ambientais, políticos e sociais;
- principais mudanças no processo de urbanização;
- avaliação do déficit (atual e dos próximos 20 anos) habitacional e de saneamento básico;
- grandes alterações demográficas, migrações inter-regionais e condições sociais da população;
- revisão crítica da distribuição de renda no Brasil, em especial quanto às rendas da propriedade;
- principais transformações estruturais do comércio exterior;
- finanças públicas: efeitos da guerra fiscal; aumento da regressividade fiscal;
- principais transformações do sistema nacional de financiamento público e privado;
- aprofundamento do estudo da economia internacional, sobre seu atual momento e principais tendências prováveis;



- exame dos principais efeitos, avanços e recuos na integração econômica da América do Sul.

Como se verá a seguir, a *Agenda* parece ser revolucionária e é, tendo em vista a situação de franca e larga dependência externa a que chegamos e a inequívoca necessidade de reconquistarmos os principais espaços perdidos de nossa soberania no manejo da política econômica.

É preciso retirar a *camisa de força* que nos foi imposta -entre fins dos 80's e início dos 90's, ao aceitarmos as regras emanadas da finança internacional, via *Consenso de Washington*, amplamente apoiadas pela maior parte de nossas elites. Essa camisa de força representa a impossibilidade de manejar juros, câmbio, crédito, e finanças públicas, necessidade fundamental para atingirmos os nossos próprios e legítimos interesses nacionais. Contudo, como verá o leitor, a tarefa é muito complexa, não só em termos técnicos e econômicos, mas principalmente políticos.

AS LINHAS GERAIS DO NOVO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Habitados com o "curtoprazismo", em todas essas crises mencionadas, mal passado o ponto crítico de cada uma delas, aqueles economistas sempre afirmaram, à luz de alguns dados econômicos positivos e de suas impressões, que



“a crise já passou” e que, a partir de “deste momento”, trilharíamos um novo ciclo de crescimento, cuja taxa, sempre estimaram, em torno de 4% ou 5% anuais, sem indagar da qualidade desse crescimento, isto é, das mudanças estruturais que ele traria. Para eles, pouco sentido há em pensar num novo projeto nacional de desenvolvimento. Outros, não tão otimistas, mas também crentes nessa retomada e no mercado, enxergam pelo menos a urgente necessidade de retomar não só o crescimento, mas também a competitividade industrial, seriamente abalada. Para estes, é necessária uma estratégia com esse objetivo, “desenvolvimentista”. Mas não se dão conta de que nosso principal competidor hoje é a China, que usa soberanamente sua política fiscal, monetária e cambial, e que se converteu na máquina mais eficiente de produção manufatureira do planeta além de contar com seus baixos salários, quando confrontados com o ocidente. Não se dão conta, enfim de que para aumentarmos nossa competitividade, se requer muito mais do que um programa efetivo de inovação e tecnologia.

A INCONSISTÊNCIA DO MODELO NEOLIBERAL

Para os economistas críticos, contudo, além das proposições acima citadas, o novo projeto teria de ter, como vetor político central, o ataque frontal às nossas desigualdades maiores e uma verdadeira estratégia de retomada da

industrialização, e um crescimento melhor ambientalmente sustentado. É este o objetivo desta proposta.

Quero insistir que o modelo atual, está divorciado da industrialização, e é incapaz de manter taxas anuais de crescimento, elevadas e persistentes a longo prazo. Repassemos essa questão.

Na macroeconomia que funciona após 1990 e em especial após 1994, a política de estabilização é o carro-chefe e está lastrada no câmbio fortemente valorizado (que facilita e barateia as importações), na taxa de juros real elevada e na base fiscal que assegura o pagamento do serviço da dívida pública interna e externa, cujo total de juros somava cerca de 8% do PIB, hoje reduzidos para cerca de 5%. Mas o modelo trás em si um recorrente desequilíbrio das contas externas que se traduz em déficit de transações correntes acumulado (entre 1995 e 2002) de cerca de US\$ 200 bilhões. De 2003 a 2007, conseguimos acumular alguns superávites, para o que muito contribuíram o forte aumento dos preços dos produtos primários e uma certa contenção da demanda de importados; mas de 2008 a 2012, acumulamos, de novo, um grande saldo negativo de US\$ 203 bilhões, e, de 2008 a 2016, graças à valorização do câmbio e à enxurrada de importações industriais, acumuláramos o recorde de -US\$ 546 bilhões! Apesar dos fluxos externos de capital, nossa dívida externa bruta voltou a crescer, atingindo a elevada soma ,



de US\$ 670 bilhões em 2016. É uma situação recorrente do modelo, na América Latina.

Por outro lado, quanto mais cresce o PIB, mais crescem os gastos líquidos (em serviços e pagamentos de renda) em moeda externa e, assim, a consistência do modelo é dada pela presunção da continuidade de grandes e crescentes fluxos de entrada de capitais externos, ou seja, de mais endividamento. Mas essa continuidade, como se sabe, é frágil e arriscada, dadas as circunstâncias da economia internacional: crises, flutuações da taxa de juros, ciclos nos mercados de valores etc. Contra a opinião dos economistas oficiais, discuti esse fato em 1997, mostrando que o modelo era incapaz de garantir uma taxa anual alta e persistente a longo prazo. As crises cambiais internas e externas de 1995, 1998, 1999 e 2001 vieram demonstrar a realidade e a taxa de crescimento média do PIB de 1989 a 2002 (2%) foi tão medíocre quanto a da década de 1980.⁴

De 2003 a 2008, o crescimento médio (4,5%) voltou a subir, amparado nos crescentes fluxos de entrada de capitais externos, que garantiram o elevado gasto cambial e ainda no forte incremento das exportações (“efeito China”) e do consumo familiar, mas sem recuperar a taxa de investimento. Com a crise

⁴ Ver, pesquisa e análise realizada sobre o neoliberalismo nos principais países da América Latina e no Brasil em 1997 e publicada em *Soberania e Política Econômica na América Latina*. Unesp, São Paulo, 2000.

iniciada em 2008-2009, ampliamos ainda mais nosso passivo externo líquido, dada a situação do mercado internacional, a generosa taxa de juros e o paraíso em que se converteu o mercado financeiro, com o que a entrada de capital externo multiplicou-se sobremodo, mormente para o mercado de valores.

Mas o resultado acumulado entre 2008 e 2012 não era nada alvissareiro, com a taxa média anual do PIB tendo sido cerca de 3,1%. Já em 2013, o crescimento atingiu apenas 2,9% e, graças à desaceleração da economia internacional e a erros crassos da política econômica, ingressamos numa depressão, com o PIB atingindo 0,5% em 2014, -3,8% em 2015 e -3,6% em 2016, pouco se esperando para 2017.

Obviamente, a crise econômica extravasou também no plano político, implicando na farsa em que se constituiu o *impeachment* da Presidente Dilma Roussef e na posse de seu vice, Michel Temer, em agosto de 2016.

Porém, repitamos, há outra questão econômica grave, que é a forma de crescimento nestes anos recentes. Além do consumo familiar e das exportações (estas, predominantemente de produtos primários), também a política anticíclica (desonerações tributárias e outros subsídios e incentivos a vários setores produtivos), impeliram a alta do PIB. Embora o investimento tenha crescido



alguns pontos, está, contudo, a larga distância do que tínhamos nos anos setentas (cerca de 25%). Foi caindo, caindo, até atingir 18,1% em 2015, despencando para 16,4% em 2016.

Mas não se trata apenas de elevar a taxa de investimentos: ela poderia até subir (conforme as previsões do BNDES), por força de inversões priorizadas pelo PAC e pelas Copas das Confederações e do Mundo de 2014 e pelas Olimpíadas de 2016, além dos investimentos programados pelo pré-sal.

Não sou contrário, é óbvio, ao aumento das exportações de *commodities*; nem, muito menos, ao aumento do consumo familiar e do crédito. O que critico é que o investimento pouco se move para cima e, além disso, pouco dele tem como destino a indústria de transformação – salvo para as processadoras de exportações. Desnecessário é repetir aqui problemas já apontados, como o da desindustrialização, da reprimarização da pauta exportadora, da insuficiente oferta de infraestrutura e do atraso em ciência e tecnologia. Por outro lado, e por mais que isso seja sabido pelos economistas, não se pode esperar crescimento de longo prazo, apenas via aumento do consumo familiar, sem que cresça o investimento. Ainda mais: o “elástico” do endividamento familiar, nas condições brasileiras, é, como sabem os economistas críticos, é curto.

Há vários economistas que não apenas pensam que essa reprimarização é benéfica, como também pensam que a industrialização não é mais importante como foi. Alguns chegam mesmo a enaltecer o “modelo australiano”. Parecem ignorar a diferença entre a “desindustrialização” daquele país e a nossa desindustrialização; as diferenças entre um país desenvolvido, cuja renda *per capita* é de US\$ 44 mil com um subdesenvolvido, cuja renda é de apenas US\$ 10 mil, cifra da qual deveríamos descontar a elevada valorização cambial que a infla em dólares; e que temos nove vezes mais habitantes.

Cabe adicionar que o atual tipo de crescimento, além de destruir empregos industriais, é mais gerador de empregos terciários, onde predominam as ocupações de menor renda e qualificação, sendo, portanto, ruim também para a urbanização, que continuará ampliando ainda mais o chamado “inchaço urbano”, com o que não reduziremos o desemprego oculto. Por outro lado, recordemos que esse crescimento tem limites estreitos, diante da possibilidade de descontinuidade dos atuais recursos externos e da possibilidade de uma contração nas políticas fiscal e monetária, tão almejadas pelo setor financeiro privado.

Com as reformas ortodoxas propostas (e algumas já em andamento) pelo atual governo Temer, não é difícil vislumbrar um panorama sombrio para a economia



brasileira e, notadamente para sua classe trabalhadora, a grande perdedora dessas reformas.

Ou seja, tão logo consigamos “voltar a crescer”, assistiremos de novo a mais uma *aterrissagem forçada* do vôo da galinha.

A SÍNTESE DA NOVA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO⁵

Esta proposta parte de um pressuposto de ordem geral, que é o da necessidade iniludível de readquirir o manejo mais soberano de nossa política econômica, e para isto, não há como fugir à questão da ruptura com o modelo atual. Ela se faz sumamente necessária, sem o que não poderemos pensar nem tomar as decisões necessárias para atingir nossas metas de crescimento e desenvolvimento social. É preciso, portanto, retomar pelo menos parte de nossa perdida soberania econômica.

Obviamente, o desenho e a implementação de um novo Projeto deverão ser precedidos de uma estratégia de transição, que permita, no tempo mais curto

⁵ Desde 1990 venho tentando construir uma proposta desse tipo, bem mais detalhada do que esta. Ver nota 1.

possível, implantar o novo projeto nacional, ou seja, um novo modelo de crescimento, com redistribuição social da renda e de ativos.

Dada a complexidade da crise econômica e social do Brasil e seus maiores constrangimentos internos e externos, bem como a pluralidade de tensões e reivindicações de classes/setores/regiões/temas, seria impossível optar por um único e determinante Vetor Produtivo de crescimento, seja o conhecido "drive exportador" ou o do "mercado interno de massas".

A exclusiva opção interna afetaria fortemente a capacidade de gasto público dos próximos 20 anos com os recursos demandados, ante o acúmulo de investimentos públicos e privados necessários e não realizados e não realizados nas três últimas décadas. Esse vetor também não evitaria o crescimento de importações de equipamentos e insumos – além de serviços e rendas externas –, que certamente se chocariam com as restrições externas.

Dadas as condições da economia internacional, seria impossível expandir ainda mais nossas exportações, para fazer frente à demanda de importações. Muito menos, para que pudéssemos transformar nossas exportações na principal variável determinante da renda e do emprego. Isso requereria – além de profunda reforma na política de comércio exterior-, uma produção industrial de



alta qualidade, especializada e em grande quantidade, o que demandaria expressivas importações de bens e de tecnologia. Como atenuante, poder-se-ia selecionar determinados setores menos demandantes de importações (ou altamente geradores de exportações), mas, ainda assim, será muito difícil diversificar e dinamizar nossas exportações, como é necessário.

Não é difícil deduzir que qualquer dos dois vetores acima nos coloca problemas sérios de financiamento de longo prazo, interno e externo e, eventualmente, de inflação e de balanço de pagamentos. Mais ainda, é preciso ter claro que o crescimento possível com qualquer deles, isoladamente, é insuficiente para dar conta do problema do emprego e, muito menos, de nossa crise social.

Isso significa que é necessário definir uma estratégia que não tenha peso excessivo num vetor isolado, e que utilize “de tudo um pouco”. Ela contemplaria vários setores ao mesmo tempo, priorizando a atualização tecnológica de segmentos estratégicos, escalonando no tempo o uso dos recursos mais escassos (câmbio e finanças públicas). Mesmo uma combinação “ótima” de setores/tempo/espaco não evitará maiores necessidades de importações e isto, mais o acesso a tecnologias modernas, pressionaria nossa capacidade de pagamentos internacionais, obrigando-nos a reforçar uma política de exportações.



A alternativa aqui proposta priorizará o vetor do mercado interno, via crescimento com distribuição de renda, que use e amplie nosso mercado de massas. As principais atividades contempladas seriam: o setor habitacional, priorizando no tempo o segmento popular; o saneamento básico; educação, cultura e saúde públicas; e bens de primeira necessidade.

O segundo principal vetor seria o da produção para exportações industriais, sem descuidar, obviamente, das exportações de *commodities*. Ele requer uma rigorosa e oportuna seleção estratégica para recuperar parte do que perdemos em termos de “produtos e mercados possíveis” e, a médio prazo, a seleção de produtos de maior valor agregado e de maior conteúdo tecnológico, para diversificar a pauta e nossos mercados externos.

Não ignoro que os propósitos acima e as reformas abaixo relacionadas desencadeariam conflitos externos (EUA, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, bancos internacionais e outros) e internos (elites nacionais e regionais, partidos políticos, parte dos empresários, sistema financeiro, alguns sindicatos etc.) o que implica, necessariamente, a prévia construção de um novo e difícil pacto de poder político. Este pacto terá de passar por negociações entre *partidos, classe trabalhadora, empresariado, regiões e*

setores, exigindo acurado e afinado preparo político para tal. Sem isto, é difícil pensar em opções dentro dos limites da democracia.

É sumamente importante lembrar que estas reformas precisam ser implantadas de forma escalonada, de acordo com as prioridades fixadas, com a complexidade dos constrangimentos externos e internos e algumas em desdobramentos de curto, médio e longo prazo. Finalmente, apresento o conjunto resumido de ações de políticas (de curto, médio e longo prazo) e de reformas estruturais e institucionais necessárias à execução da nova agenda:

- *reforma do Estado*: maior agilização administrativa; requalificação do funcionalismo público, remontagem do sistema nacional de planejamento; reintrodução da capacidade seletiva de priorização;
- *reforma política*: reformulação do atual sistema eleitoral e de representação nos três Poderes da República;
- estudar e propor *pautas especiais* de exportação e importação, via acordos especiais, para maior integração comercial com a América Latina e outros países, principalmente com a China, a Índia e a Rússia;
- equacionamento do *serviço da dívida externa e do passivo externo*, para compatibilizar tanto um orçamento cambial que ampare a retomada do



investimento e do crescimento, quanto, principalmente, com nossa capacidade de amortização;

- equacionamento da *dívida pública interna*, para a melhor adequação das contas públicas ao crescimento econômico acelerado, e contenção da pressão estrutural, exercida sobre a taxa de juros. Dado que as três esferas de governo encontram-se financeiramente comprometidas, esse equacionamento deverá abranger as três instâncias;
- *reforma fiscal e tributária progressiva*, que possa readequar as contas públicas, os níveis regionais e locais de competências, simplificar o sistema tributário nacional e que dê condições financeiras exigidas por um Estado moderno, eficiente e socialmente justo. Deverá ser prioritário o combate à atual Guerra Fiscal;
- a questão do financiamento de longo prazo, principalmente para infraestrutura e indústria pesada e de maior complexidade tecnológica, constitui talvez a questão mais crucial de nossa política econômica, haja vista a enorme dimensão de suas necessidades e a limitação de suas atuais fontes. Assim, é imprescindível reestruturar o *sistema financeiro nacional* para dificultar a especulação, fortalecer o mercado de capitais e solucionar nosso estrutural estrangulamento do financiamento de longo prazo;
- *reformas sociais (agrária, abastecimento, urbana, saúde pública, previdência social, educacional e ambiental)*, projetadas tanto para ataques emergenciais aos



problemas dos mais carentes quanto para se atingir toda a sociedade, numa perspectiva de longo prazo;

- *reforma da empresa*, para que possa se adequar aos novos requisitos administrativos, produtivos, financeiros e sociais, e que permita maior transparência de seus resultados, de sua eficiência e de seu papel social numa sociedade moderna e mais justa.

Contudo, é necessário dizer que o projeto aqui esboçado, requer uma nova repactuação social do país, progressista e nacionalista. Diferente portanto, de todos os pactos anteriores que fizemos – conservadores, e circunscritos à terra, ao dinheiro e ao capital estrangeiro -, ao longo de nossa história. É imprescindível, para isso, tomarmos consciência do caminho errado trilhado desde o final dos 70's, e tentarmos reconstruir nossas principais instituições. Reconstruir a política, o trabalho organizado, o sindicato, o Estado, os partidos políticos, e o trabalho da justiça.

REFERÊNCIAS

Cano, W. (2014). Proposta de agenda para reflexão sobre a crise estrutural. *Crítica Marxista*, 38, 147-156.

Cano, w. (2010). Uma agenda nacional para o desenvolvimento. *Revista Tempo do Mundo*, 2, 7-40.

Administração política brasileira: uma agenda nacional para o desenvolvimento

Resumo

O texto (resumidamente) discute a crise brasileira, que vem desde os anos oitenta, e procura localizar suas principais causas, na adoção de políticas e reformas neoliberais, que colocaram uma “camisa de força” no manejo da política macroeconômica. Isto tem impedido a execução necessária de políticas de câmbio, juros, crédito e de movimento de capital exterior, para retomar o crescimento de longo prazo e, ainda, causando a desindustrialização. O texto, em seguida, propõe uma alternativa de crescimento, que, necessariamente, exige extirpar o modelo neoliberal.

Palavras-Chave

Crise, Neoliberalismo, Projeto nacional alternativo, Desenvolvimento, Desindustrialização, Estado desenvolvimentista.

Brazilian political administration: a national agenda for development

Abstract

The text (in brief) discusses the crisis of the Brazilian economy, arguing that the main cause is found in neoliberal reforms, by putting a "straitjacket" in the management of macroeconomic policies. This has prevented the necessary execution of exchange, interest, credit and foreign capital movements policies, in order to resume long-term growth. The text presents an alternative of growth, which, demands to extirpate the neoliberal model.

Keywords

Crisis, Neoliberalism, Alternative national project, Development, De-industrialization, Developmental state.

Administração política brasileira: una agenda nacional para el desarrollo

Resumen

El texto (resumidamente) discute la crisis de la economía brasileña, defendiendo el argumento de que la causa principal se encuentra en las reformas neoliberales, al colocar una "camisa de fuerza" en la gestión de las políticas macroeconómicas. Esto ha impedido la ejecución necesaria de políticas de cambio, intereses, crédito y de movimiento de capital exterior, para retomar el crecimiento a largo plazo. El texto, presenta una alternativa de crecimiento, que, exige extirpar el modelo neoliberal.

Palabras clave

Crisis, Neoliberalismo, Proyecto nacional alternativo, Desarrollo, Desindustrialización, Estado desarrollista.

Autoria

Wilson Cano

Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas.

Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas.

<http://lattes.cnpq.br/2472657984688396>. Orcid não informado. E-mail:

wcano@unicamp.br.

Endereço para correspondência

Wilson Cano. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico. Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas, SP. Caixa-postal: 6135. Brasil. CEP: 13081-970. Telefone: (+55 19) 37885828.

Como citar esta contribuição

Cano, W. (2017). Administração política brasileira: uma agenda nacional para o desenvolvimento. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(10), 1019-1046.

Contribuição Submetida em 28 mar. 2017. Aprovada em 29 mar. 2017. Publicada online em 20 out. 2017. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

